



A CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DA LÍNGUA NAS MALHAS DA IMPRENSA: (con)tradições no discurso midiático

Leonardo Gueiros da Silva¹

1 PALAVRAS INICIAIS

Não se pode negar a forte influência exercida pela mídia na conjuntura social como um todo. Seu discurso, muitas vezes atravessado por inúmeros silenciamentos e deslocamentos, produz, pelas condições de produção nas quais se inscreve, um efeito de neutralidade e afastamento perante seu objeto, o que acarreta um dizer tangido, também, pelo efeito de verdade. Ou seja, uma vez produzido nos meios midiáticos, de jornais televisivos aos meios impressos, os sentidos inscritos nesse dizer são acatados pelo senso comum e sedimentados socialmente como uma verdade inabalável.

A situação se torna mais agravante quando o noticiado pela mídia são questões que tocam o objeto da ainda pouco conhecida ciência linguística: a língua. Há uma regularidade produzida nos diferentes espaços sociais, a qual aponta para uma autorização a diversos profissionais (e por vezes não profissionais) das diferentes áreas do conhecimento para se falar (e até teorizar!) sobre língua. Produz-se, a partir desse contexto, uma naturalização da língua: todos estão autorizados a falar desse objeto, afinal, inscreve-se no senso comum uma concepção pouco elucidativa de língua e, sobretudo, da linguística enquanto ciência que teoriza a língua.

Considerando esse contexto, procuramos, neste artigo, refletir acerca do que se entende por língua fora do âmbito acadêmico, tomando o Discurso Midiático como objeto de análise. Qual o imaginário de língua é projetado nesse discurso? Que regularidades sustentam os sentidos inscritos nesse imaginário? Como se constrói tal discurso e quais suas consequências para os estudos da linguística enquanto ciência da língua?

¹ Mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras da UFPE (leonardogueiros1@gmail.com).

Para responder às questões acima elencadas, filiamo-nos ao campo da teoria da Análise do Discurso de linha francesa, tal como a formulou, inicialmente em 1969, Michel Pêcheux, bem como se desenvolveu em terreno brasileiro, a partir das reflexões de Eni Orlandi. Mobilizamos, para os fins analíticos do trabalho, as noções de Formações Imaginárias, Ideologia e Interdiscurso para pensar na construção do imaginário enquanto prática discursiva que se constrói a partir da relação constitutiva entre língua e história em suas materialidades.

Nosso *corpus* é constituído por sequências discursivas coletadas de três diferentes espaços jornalísticos: uma notícia do portal IG; um comentário do jornalista Alexandre Garcia, em sua coluna no telejornal Bom dia Brasil; e um podcast postado no portal online da Rádio CBN. Focamo-nos, quando da coleta, nos discursos produzidos pela mídia acerca da polêmica gerada após a adoção, pelo MEC, do livro didático *Por uma vida melhor*, o qual aborda questões que tocam a variação linguística constituinte da língua em sua modalidade falada².

Iniciamos com um bloco teórico, no qual refletiremos a noção de imaginário tal como entendemos neste trabalho, pautando nosso posicionamento com base nos conceitos trabalhados dentro da teoria da Análise do Discurso francesa e seus desdobramentos. Passamos, após, ao bloco de análises, no qual observaremos as regularidades apontadas pelo nosso *corpus* e, a partir dessas, procuraremos respostas às perguntas motivadoras deste artigo.

2 FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS, INTERDISCURSO, IMAGINÁRIO

Trabalhar com a noção de imaginário pelo aporte teórico da Análise do Discurso não nos limita a pensar unicamente na sua constituição sócio-histórica, mas também como os sentidos inscritos no imaginário projetam, pela repetição insistente e pelo funcionamento da ideologia, as formas de evidência nos sujeitos que (des)identificam-se com os sentidos que se inscrevem nesse espaço. Conseqüentemente, interessa-nos também observar que novas filiações de sentidos passam a funcionar na formação social a partir da sedimentação de determinado

² O livro em questão foi aprovado pelo PNL (Plano Nacional do Livro didático) e distribuído para uso em nível fundamental das escolas brasileiras.

imaginário. Em suma, trabalhamos em via dupla: como se constitui/constrói o imaginário e, por outro lado, que efeitos de sentidos são projetados e infiltrados nas relações sociais nas quais estamos inscritos.

Não é de hoje que os estudiosos da linguagem se questionam quanto à relação entre o homem, a linguagem e a realidade. Muito antes de a Linguística se firmar na ciência da linguagem humana, Platão, por exemplo, já debatia a questão, no *Crátilo*, mesmo que sem as pretensões que temos hoje. Há perspectivas mais recentes que encaram a linguagem como potencialmente capaz de totalizar a realidade, como se fosse uma ferramenta de etiquetagem do real. Por essa perspectiva, a relação entre linguagem e realidade se dá de maneira direta, sem equívocos, uma vez que as formas linguísticas serviriam como etiquetas para caracterizar as coisas, as pessoas, as relações sociais etc.

Pela perspectiva discursiva, concordando com Orlandi (2004), não encaramos a relação entre a realidade circundante e as formas de linguagem de maneira pacífica, como propusera o pensamento supracitado, mas, sim, atravessada por um complexo processo sócio-histórico e ideológico de constituição do sujeito e dos sentidos. Considerar tal fato nos põe face à própria noção de língua defendida pela AD: a língua atravessada pela historicidade, pela heterogeneidade; afetada pelo real³, que produz as falhas, o equívoco, a impossibilidade de se dizer tudo, tal como teorizou Milner (1987). Contrariamos, nesse sentido, a língua pensada como estrutura, homogeneizada e, portanto, ligada à noção de completude. Deslocamos a noção de língua como sistema de signos, estrutural, para a concepção de materialidade do discurso, heterogênea, cindida, constituída pelo equívoco.

Nesse sentido, sendo a língua afetada pela incompletude, pelos “furos” que lhe são constitutivos, a relação do sujeito com a realidade, mediada pela língua, não pode ser comparada a um processo de etiquetar o mundo, uma vez que há uma parcela (maior) que não se apreende, que não se concretiza efetivamente na produção do

³ Trabalhamos aqui com a noção de real para designar a impossibilidade de univocidade e completude da língua, do discurso e do sujeito. O real diz respeito à parcela que é da ordem do não-tudo, do impossível. Foi Milner (1987) que trouxe a noção de real para o campo da linguagem, apontando para o equívoco enquanto constitutivo da língua.

discurso. A realidade, portanto, é “fragmentada” pela linguagem, que carrega as marcas da história (real da história), e pelo sujeito, que é resultado da ideologia em funcionamento. Tal atravessamento, o ideológico, vai resultar em diferentes processos discursivos para a mesma materialidade linguística, o que põe em cheque a concepção de língua una/unívoca e transparente.

É por esse viés que a noção de imaginário ganha seus contornos dentro da teoria discursiva, funcionando na mediação da relação conflituosa do sujeito com a realidade que o circunda. Conflituosa em termos teóricos, pois, para o sujeito, afetado pela ideologia e pelo inconsciente, há uma ponte direta entre sua percepção e a realidade percebida. Ou seja, a ideologia interpela o sujeito, produzindo os esquecimentos⁴, de modo que os sentidos produzidos em seu discurso sejam, para ele, óbvios e transparentes, bem como originados em si mesmo. O sujeito não se dá conta, então, que é um sujeito histórico, assujeitado, que se inscreve em uma matriz de sentido que determina o que (não) deve ser apreendido, que seu dizer (e sua percepção) é resultado dos “ecos” dos sentidos que outrora foram produzidos e silenciados, mas que voltaram à “vida” pela memória, ganhando novos contornos em outras condições de produção.

Considerar a construção do imaginário enquanto resultado desse processo sócio-histórico nos põe face à necessidade de pensar no que Pêcheux propôs na reflexão, inicialmente, em 1969, das Formações Imaginárias e, posteriormente, em 1975, com o conceito de Interdiscurso. Ao delimitar os primeiros contornos da noção de discurso enquanto “efeitos de sentidos entre interlocutores” (cf. PÊCHEUX, 1969), Pêcheux propôs a desconstrução do esquema comunicacional até então vigente nos estudos da linguagem da época, descentrando o sujeito emissor e, no tocante à língua, repensando a autonomia da sintaxe. Assim, não pensa mais em emissor e

⁴ Michel Pêcheux (2009) trabalha com duas formas de esquecimento que afetam o sujeito na produção do discurso. O esquecimento que o teórico chama de número um diz respeito ao modo como a ideologia afeta o sujeito, de sorte que este tem a ilusão (necessária) que os sentidos produzidos no seu dizer foram originados em si, quando, em verdade, tais sentidos são resultados de um processo sócio-histórico anterior. O esquecimento número dois, por sua vez, é da ordem da enunciação: “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se cadeias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (ORLANDI, 2009, p. 35). Nesse sentido, é esse esquecimento, da ordem da enunciação, que nos põe face à ilusão de que nosso discurso tem uma relação direta e unívoca com a realidade: a ilusão que o sujeito carrega de que o que disse só poderia ser dito com aquelas palavras e não outras.

receptor, tal como propunha Jakobson (cf. JAKOBSON, 2005), e, sim, rompe-se com essa perspectiva, em sujeitos do discurso, os quais não se confundem com os indivíduos empíricos; são os sujeitos do discurso, na verdade, resultados das projeções imaginárias das posições sociais que ocupam os indivíduos. Assim, “são essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições do sujeito. Essa é a distinção entre lugar e posição.” (ORLANDI, 2009, p. 40). Ou seja, Pêcheux está propondo pensarmos em um outro plano, não o empírico, o discursivo, daí a necessidade da passagem do sujeito empírico ao discursivo.

É dessa interlocução entre os sujeitos, atravessada pelo movimento da alteridade, que surge o discurso, ou os efeitos de sentidos, afetado pelas antecipações que os sujeitos do discurso fazem de si, do outro e do objeto referencial do discurso. São essas projeções, essas antecipações, que Pêcheux chamou inicialmente de Formações Imaginárias e que nos dão condições para pensar, através dos desdobramentos posteriores dentro da teoria do discurso e do pensamento de Pêcheux, na noção de imaginário tal como pretendemos nesse trabalho. São pelas antecipações, pelos movimentos de trazer a exterioridade para a construção do discurso, que a noção de Formações Imaginárias nos interessa. Entretanto, o modo como concebemos hoje a questão das antecipações necessita, impreterivelmente, do conceito de Interdiscurso, formulado posteriormente por Pêcheux – 1975.

Para o teórico, o Interdiscurso seria o espaço no qual todas as Formações Discursivas circulariam, ou seja, espaço que agruparia todos os sentidos já produzidos, mas que, enquanto tal, aparecem como reflexo do *non-sens*. Os sentidos que se inscrevem no espaço do Interdiscurso, dessa forma, são constituídos pelos anonimato, pelo silenciamento, pelo apagamento de sua fundação. São esses sentidos (ou *não-sentidos*), inscritos no Interdiscurso, que o sujeito, ao se relacionar com a realidade por intermédio do imaginário, vai recortar, linearizando-os no seu discurso. Por isso, não afirmamos que o sentido está na língua, tampouco no sujeito, mas resulta desse processo sócio-histórico de resgate do *já-dito*, que se mantém silenciado até que seja novamente convocado a “gritar” nos envoltos do discurso que é produzido em condições dadas. É pelo Interdiscurso, portanto, inscrito em condições de produção específicas, que o sujeito significa a

realidade, dá “vida” às formas de linguagem e, conseqüentemente, ao imaginário. Assim, as antecipações anteriormente mencionadas – Formações Imaginárias – são concretizadas pelo sujeito através dessa relação com o Interdiscurso, sempre estando o sujeito afetado pela ilusão de que os sentidos por ele recortados carregam uma relação direta com a realidade, ou seja, que são da ordem do *já-lá*..

É nessa relação com o *já-dito* (silenciado, anonimado) do Interdiscurso que, pela repetição, pelo efeito das evidências produzido pela Ideologia, o imaginário é construído e sedimentado socialmente. É por intermédio da linguagem que o sujeito significa a realidade, pelo viés do imaginário. Entretanto, é importante ressaltarmos que o imaginário não se opõe à realidade, mas é parte constitutiva dela. Nesse sentido, consideramos a realidade como um efeito do imaginário.

E podemos observar, como nos mostrarão as análises, que a repetição insistente de determinados sentidos sobre língua, inscritos no/pelo imaginário, acaba por naturalizar a concepção de língua pautada por uma Formação Discursiva cujas fronteiras não excedem os saberes que se inscrevem no senso comum. Vejamos, mais especificamente, como se dá essa construção imaginária.

2.1 O imaginário de língua na mídia: preparando o terreno para as análises

Antes de adentrarmos diretamente nas análises das sequências discursivas, algumas considerações quanto ao discurso midiático são importantes e necessárias. Vale a pena ratificar o já adiantado nas palavras iniciais deste trabalho quanto às condições de produção desse discurso, para que se possa compreender e sistematizar mais adequadamente as análises aqui empreendidas.

Podemos dizer que o espaço midiático carrega, em sua constituição, a imagem de imparcialidade e, por isso mesmo, de compromisso com a verdade. Notícias veiculadas nas colunas de jornais, manchetes de revistas e, sobretudo, nos noticiários televisivos gozam da confiança e credibilidade do senso comum. Nesse sentido, o sujeito-jornalista, aquele que se coloca como o porta-voz do discurso midiático, carrega em sua constituição a imagem daquele autorizado a discursivizar

a respeito das diferentes áreas do conhecimento. Vê-se, assim, o jornalista debatendo descobertas da ciência em suas diversas áreas do conhecimento: medicina, antropologia, economia, etc. O sujeito-jornalista, portanto, fala

como se fosse o cientista, apagando as marcas desse discurso. O discurso-outro, nesse caso o da ciência, é diluído, incorporado ao discurso-um, e as fronteiras entre ciência e mídia deixam de ser demarcadas pelo sujeito do discurso (GRIGOLETTO, 2005, p. 172).

Por outro lado, há, por vezes, não a incorporação do discurso da ciência, mas seu deslocamento. Ou seja, há um deslocamento, a instauração de um outro discurso que vai de encontro ao dizer da ciência⁵. Observaremos nas análises esse funcionamento quando o sujeito-jornalista discursiviza sobre língua, instaurando um embate com os sentidos que se inscrevem no discurso ciência. As condições de produção do discurso midiático, entretanto, dão condições para que esse dizer seja socialmente aceito e, ainda mais, pela repetição, sedimentado e cristalizado na conjuntura social.

Sírio Possenti (2003) pontua alguns tópicos que sintetizam com eficiência as regularidades de sentidos encontradas no discurso midiático quando o assunto é língua. Podemos citar, considerando os mais significativos: preconceito; viés normativo; análises fajutas; purismo; associação entre correção e inteligência; e língua enquanto sinônimo de escrita. São esses, em geral, os tópicos mais abordados pela mídia quando se propõe a tratar de língua. São questões há muito debatidas e combatidas pela linguística, mas que a mídia desconsidera, levando o debate para a ordem do senso comum.

Feitas essas considerações sumárias, vejamos, nas análises, como funciona esse imaginário de língua no discurso midiático e como tal imaginário é socialmente construído. Observaremos, em um último momento, suas consequências gerais.

⁵ Podemos citar o dizer do professor Sérgio Nogueira, na edição de 17/05/2011 do telejornal Bom Dia Brasil, em debate sobre a polêmica do livro didático de Língua Portuguesa “Por uma vida melhor”, de autoria de Heloisa Ramos, onde afirma que a “gramática” se encontra ameaçada por uma nova tendência de ensino, a chamada, nas palavras dele, de “linguística moderna”.

3 AS ANÁLISES

Não achamos necessário, para os fins deste artigo, a separação dos meios e gêneros midiáticos. Sejam no meio impresso, digital ou televisivo, bem como nos seus diferentes gêneros – coluna, notícia, reportagem, podcast, etc – , as regularidades encontradas apontam para um mesmo funcionamento. Tomamos, portanto, todo esse conjunto de discursos produzidos pela mídia como o que nomeamos de Discurso Midiático. Entram no bojo desse termo, concordando com Possenti, “pequenas notas, palpites perdidos no meio da notícia, tentativas de análise, em geral em tom peremptório, de quem (re)enuncia um saber definitivo” (p.69)

Começamos pela análise de uma notícia veiculada no portal da IG⁶ a respeito da polêmica gerada pela adoção do livro didático *Por uma vida melhor* para o uso no ensino fundamental das escolas nacionais. A notícia, intitulada “Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado” (em Anexo), é assinada pela jornalista Thais Arbex.

A começar pelo título da notícia, duas colocações são importantes para iniciarmos a reflexão acerca do imaginário de língua que sustenta o discurso midiático. Primeiramente, a noção de “erro” que o título da notícia traz já nos aponta para uma concepção de língua que dicotomiza o certo e o errado. Ou seja, trabalha-se com a noção de língua pautada pela normatização cujos limites são ditados pela gramática tradicional. Excedendo os limites dessas regras prescritas, cai-se no lugar do erro. Em segundo, observemos a resignificação produzida pelo sujeito-jornalista, ao afirmar que estaria o livro didático em questão ensinando o aluno a “falar errado”, quando, na verdade, propõe uma reflexão acerca da variedade constitutiva da língua falada. A primeira questão leva à segunda: se se considera a variação enquanto erro, incluir uma reflexão relativa ao uso da língua estaria no limiar do ensino do erro.

⁶ <http://colunistas.ig.com.br/poderonline/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/>, acesso em 20/07/2012

Detendo-nos ainda ao título da notícia, já podemos observar a que matriz de sentido se filia esse discurso. Chamaremos essa matriz de Formação Discursiva escolar⁷, domínio no qual se inscrevem saberes que apontam para uma língua homogênea, afetada pela completude, onde a variação e a heterogeneidade refletem a desordem, a desestabilização do sistema: a não-língua. Vejamos abaixo algumas sequências discursivas (SDs), ainda da notícia supracitada, cuja materialidade reforça a inscrição desse discurso na FD escolar.

SD 1: “Livro didático de língua portuguesa adotado pelo MEC (Ministério da Educação) ensina aluno do ensino fundamental a usar a “norma popular da língua portuguesa.”

SD 2: “O volume *Por uma vida melhor*, da coleção *Viver, aprender*, mostra ao aluno que não há necessidade de se seguir a norma culta para a regra da concordância.”

As duas sequências discursivas acima ilustram o modo como a mídia toma um discurso que se inscreve na Formação Discursiva acadêmico-pedagógica, ou seja, cujos saberes são provenientes de pesquisas do campo dos estudos linguísticos, e o ressignifica de modo que o dizer da ciência toma outro sentido. Há, portanto, uma desidentificação do sujeito-jornalista com a FD acadêmico-pedagógica, o que provoca o deslocamento de sentidos decorrente da inscrição na FD escolar. Ao afirmar que o livro estaria ensinando o aluno a “usar a norma popular da língua portuguesa”, podemos entender que há a separação entre língua culta e popular, o que já aponta para a separação dicotômica entre certo e errado, ente prestígio e desprestígio.

Na SD 2, há outro deslocamento: o dizer da ciência, o qual se inscreve no livro *Por uma vida melhor*, não propõe a desconsideração da norma de prestígio, mas sim a reflexão da língua no tocante à variação e à heterogeneidade constitutiva de toda língua. Há, nesse sentido, um deslocamento, a inscrição na FD escolar, a qual se pauta pelo saber de língua normativa, fechada e homogênea.

⁷ Nomeamos a FD em questão de Formação Discursiva escolar por acreditar que os sentidos que se inscrevem nessa FD são resultados de uma regularidade produzida, primeiramente, na escola. Em muitos casos, trabalha-se, ainda hoje, nas aulas de língua portuguesa, com a língua pelo viés da norma, elegendo uma variação enquanto a correta e as demais, que excedem os limites dessa língua de prestígio, o lugar do erro. Sedimenta-se tais sentidos e, pela repetibilidade, cai-se no senso comum. É daí que a mídia toma essa discursividade enquanto *já-lá*.

Seguindo a regularidade encontrada na notícia analisada, observamos o mesmo direcionamento de sentidos na coluna do jornalista Alexandre Garcia, no telejornal Bom Dia Brasil, exibido no dia 17/05/2011⁸. O jornalista também comenta a respeito da polêmica provocada pela adoção do livro didático *Por uma vida melhor*. Vamos às sequências mais significativas:

SD 3: “Quando eu estava no primeiro ano do grupo escolar e a gente falava errado, a professora nos corrigia, porque ela estava nos preparando para a vida”

SD 4: “É óbvio que a raiz de tudo está na capacidade de se comunicar”

SD 5: “A educação [...] nos livra da ignorância”

No geral, o sujeito-jornalista parte do princípio de que o uso da língua em sua variedade padrão é o motor da ascensão social e solução para o fim da “ignorância” da população. Na SD 3, produz em seu dizer o imaginário de língua que exclui o não prestigiado e que seu uso acarretaria no despreparo para a vida. Faz uma ligação direta, assim, entre uso da variedade padrão e a capacidade de executar as diferentes atividades exigidas na vida pessoal e profissional. O uso da norma, afinal, tornaria o indivíduo “preparado para a vida”.

Ratifica seu posicionamento, na SD 4, quando afirma que “a raiz de tudo está na capacidade de se comunicar”. Entretanto, essa comunicação só é possível através da língua gramatical, normatizada, uma vez que a variação, a “desordem linguística”, não permitiria a comunicação efetiva entre seus usuários. Sendo assim, o sujeito que não “domina” a norma não estaria capacitado para a comunicação⁹. Observamos, portanto, o imaginário de língua pautado pelo saber gramatical, pelo engessamento de normas prescritas nos compêndios gramaticais. Fugindo-se dessa língua estática, não estaria o sujeito apto a ascender socialmente, uma vez que se encontraria incapacitado para interagir socialmente. “Dominando” as regras, conseqüentemente, livrar-se-ia “da ignorância” (SD 5).

⁸ A referida coluna pode ser conferida pelo link: <http://www.youtube.com/watch?v=-CpFHYsbjoc&feature=related> (Acesso em 20/07/2012)

⁹ É importante lembrar que a ciência linguística não defende que não se deva utilizar a variedade padrão em determinados contextos mais formalizados. Os estudos linguísticos atuais vão de encontro com o apagamento que se faz, como no caso do discurso midiático, da variação que é inerente à língua, independente da vertente de uso. Não há engessamento de normas nem mesmo na chamada língua culta/formal, como sustenta o imaginário produzido pela FD escolar.

Trazemos, por fim, para ilustrar a regularidade do imaginário de língua sustentado pela FD escolar presente no discurso midiático, um podcast, comandado pelo radialista Merval Pereira, postado na página virtual da Rádio CBN¹⁰, também a respeito do livro didático em questão.

O podcast analisado se inicia de maneira incomum, tratando-se de um material postado em um espaço jornalístico. Um dos radialistas inicia o debate com a expressão “e aê, mermão”, na tentativa de produzir uma ironia em relação à polêmica repetida na mídia em geral. Associa-se, nesse sentido, o uso de gírias à língua não normatizada, uma vez que o livro estaria autorizando os indivíduos a utilizarem o “erro” cotidianamente. Resignifica o dizer da ciência, produzindo, como nos exemplos anteriores, um deslocamento de sentidos. Vejamos as sequências mais significativas, as quais ilustram o imaginário de língua com o qual se identifica o sujeito-jornalista:

SD 6: “não tem lógica estudar maneiras de defeitos da língua”

SD 7: “se pode até explicar alguns erros e aceitar na linguagem coloquial”

SD 8: “não é possível você não ensinar para crianças o português correto” / “é uma tese completamente absurda”

Mais uma vez, notamos nas SDs acima o ideal de língua pautado pela FD escolar. Na SD 6, podemos observar que o sujeito considera a reflexão da variação inerente à língua falada como estudo de “maneiras de defeitos da língua”, o que nos aponta, de imediato, à repetida concepção da variação enquanto sinônimo de “erro”, uma vez que foge ao padronizado pela gramática normativa. Sendo assim, “não tem lógica” estudar o que foge à língua ideal.

Na SD 7, seguindo a mesma regularidade, sustenta que a variação (“o erro”, nas suas palavras) até pode adentrar as aulas de língua portuguesa, mas apenas como reflexo do que não se deve usar quando não se estivesse em contextos ditos coloquiais. Apaga-se, assim, o fato cientificamente comprovado de que toda língua varia. Conclui, na SD 8, que a reflexão proposta pelo livro didático *Por uma vida*

¹⁰ O podcast pode ser escutado na íntegra através do link: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/merval-pereira/2011/05/13/LIVRO-DIDATICO-NAO-PODE-ACEITAR-ERROS-DE-PORTUGUES.htm> (Acesso em 20/07/2012)

melhor “é uma tese completamente absurda”, uma vez que “não é possível ensinar para crianças o português correto”.

As SDs analisadas nos dão condições para concluir que imaginário de língua sustenta o discurso midiático: a língua estática, homogênea e fixa. Inscrito na FD escolar, o sujeito-jornalista repete os sentidos há muito historicamente cristalizados e sedimentados sobre língua. Desloca-se, como vimos, os sentidos da FD acadêmico-pedagógica, a qual sustenta o discurso encontrado no livro didático criticado, caindo no senso comum e ratificando a reflexão de língua desprovida de critérios científicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como as análises nos mostraram, embora tenhamos vivenciado um período de intensa produção intelectual dentro do campo da ciência da linguagem, a mídia ainda sustenta seu discurso pautada por concepções de língua há muito desconstruídas cientificamente. A sedimentação e cristalização desse imaginário se dá pelo ciclo incessante que se produz na conjuntura social de hoje: escola e mídia, duas instituições que gozam de poder e prestígio social, reverberam esses sentidos e, pela repetição, pela instauração de um *já-lá*, pela produção de um efeito de obviedade, a voz da ciência acaba por se fazer muda e pouco significativa.

Assim, a mídia produz um imaginário de língua sustentado pela (con)tradição: por um lado, tradição normativa, prescritiva que se inscreve na FD escolar; por outro, a contradição constitutiva daqueles afetados pela ilusão de “domínio” da língua.

Fixa-se o imaginário de língua no senso comum. É a partir desse processo que os sujeitos ideologicamente interpelados se inscrevem na FD escolar, tomando esse imaginário e os sentidos que aí se inscrevem como lugar de obviedade, cabendo ao discurso sustentado pela FD acadêmico pedagógica o lugar do absurdo e da impossibilidade. É dessa maneira que o imaginário (re)produz filiações de sentidos cuja fundação se dá anteriormente, mas que ecoa fortemente em sua constituição: resgate do interdiscurso.

A constatação do distanciamento que há entre não só a mídia, mas também muitas escolas, e a ciência linguística nos impõe a necessidade de se pensar no modo como os estudos linguísticos estão (não) ultrapassando os limites das universidades. Afinal, como pontua Possenti (2000),

nos campos da Física e da Biologia, faz tempo que a escola e a imprensa diária ultrapassaram Newton e Mendel. Mas nunca ultrapassaram, nem a escola, nem a imprensa, nem mesmo o ensaísmo dos finais de semana, muito menos as colunas que agora assolam a mídia, os limiares da gramática normativa (a única exceção são as menções cansativas a um texto de Jakobson sobre as funções da linguagem) quando a questão são línguas. (p.8)

Cabe-nos pensar, a partir desse contexto, acerca das metas, objetivos e como a linguística está trabalhando para que suas descobertas científicas adentrem o âmbito social geral.

5 REFERÊNCIAS

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de Divulgação Científica: um espaço discursivo intervalar**. Instituto de Letras, UFRGS, 2005 (tese de doutorado)

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2005

MILNER, J. C. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009

PÊCHEUX, M. (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET; HAK (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**. 3. ed. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1997. p. 61-161

POSSENTI, Sírio. Apresentação. In: MUSSALIN, Fernanda (org); BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras**. Volumes 2. São Paulo: Cortez Editora, 2000

_____. Notas sobre a língua na imprensa. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 67-82

ANEXO

Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado

Livro didático de língua portuguesa adotado pelo MEC (Ministério da Educação) ensina aluno do ensino fundamental a usar a “norma popular da língua portuguesa”.

O volume *Por uma vida melhor*, da coleção *Viver, aprender*, mostra ao aluno que não há necessidade de se seguir a norma culta para a regra da concordância. Os autores usam a frase “os livro ilustrado mais interessante estão emprestado” para exemplificar que, na variedade popular, só “o fato de haver a palavra os (plural) já indica que se trata de mais de um livro”. Em um outro exemplo, os autores mostram que não há nenhum problema em se falar “nós pega o peixe” ou “os menino pega o peixe”.

Ao defender o uso da língua popular, os autores afirmam que as regras da norma culta não levam em consideração a chamada língua viva. E destacam em um dos trechos do livro: “Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para norma culta como padrão de correção de todas as formas lingüísticas”.

E mais: segundo os autores, o estudante pode correr o risco “de ser vítima de preconceito lingüístico” caso não use a norma culta. O livro da editora Global foi aprovado pelo MEC por meio do Programa Nacional do Livro Didático.